

30º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

António Carlos do Rosário questiona porquê razão Filipe Nyusi não é chamado e o juiz responde que o julgamento ainda está a decorrer

- Cansado de ouvir o tribunal a tentar proteger o nome do actual Presidente da República, Filipe Nyusi, à data dos factos Ministro da Defesa Nacional e, nessa capacidade, Coordenador do Comando Operativo, António Carlos do Rosário explodiu: "Se a ideia é chamar pessoas, porquê é que não chamamos o então Coordenador do Comando Operativo para vir explicar. O então Ministro da Defesa Nacional, como já havíamos solicitado". E o então Ministro da Defesa Nacional e Coordenador do Comando Operativo é o actual Presidente da República, Filipe Nyusi.





O juiz Figénio Baptista viu-se embaraçado e advertiu o réu: “Gosta de fazer perguntas ao tribunal”. António Carlos do Rosário pediu desculpas, mas o juiz respondeu à interpelação: “Já fez (pergunta), mas o tribunal vai responder. Porque se o tribunal não responder vai parecer que está a encobertar a pessoa. Nunca tive esse objectivo e não tenho”.

E veio a longa resposta do tribunal: “Está a dizer que quem estava presente no Comando Operativo quando o actual Presidente da República tomava essas decisões era o réu e o senhor Gregório Leão, naturalmente se estivesse mais alguém fora deste círculo fazia todo sentido confrontar opiniões diversas. Essa é a opinião do tribunal. Se dissesse que isso aconteceu no Comando Operativo e estavam todos os membros, o réu, o Director do SISE, o Ministro do Interior, o senhor Alberto Mondlane, aí íamos ouvir a todos. Quando diz que os outros membros não estavam quando decidiram isso e que a decisão foi tomada por si, Gregório Leão e o Presidente Nyusi, o réu e o co-réu Gregório Leão estão na mesma linha neste julgamento. Está a faltar o Presidente Nyusi. Agora estamos a descobrir que, na verdade, está a faltar alguém. Essa é que é a opinião do tribunal e o

juízo ainda está a decorrer, ainda é uma criança”, disse o juiz, deixando a ideia de que o tribunal ainda vai a tempo de ouvir Filipe Nyusi.

Desde que começou a sua audição, António Carlos do Rosário sempre transmitiu a ideia de que maior parte das decisões tomadas no âmbito do projecto de monitoria e protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique e das empresas ProIndicus, EMATUM e MAM resultava de instruções verbais dadas pelo então Ministro da Defesa Nacional, enquanto Coordenador do Comando Operativo. O réu explicou que as instruções eram verbais porque havia necessidade de evitar fuga de informação sensível. E nas reuniões do Comando Operativo onde foram dadas essas instruções verbais só participavam três membros, designadamente o Coordenador (Filipe Nyusi), o Director-geral do SISE (Gregório Leão) e o Director Nacional de Inteligência Económica (António Carlos do Rosário). Segundo a explicação dada, sempre que fosse para tratar de questões operativas nem todos os membros do Comando Operativo participavam das reuniões, justificando assim a ausência do então Ministro do Interior, Alberto Mondlane.

Ao sexto dia de audição de António Carlos do Rosário, o interrogatório continua

a ser conduzido pelo Ministério Público, que já tinha avisado logo no primeiro dia que tinha mais de 200 perguntas para o antigo Director Nacional de Inteligência Económica. A primeira pergunta do dia estava relacionada com um email supostamente enviado por António Carlos do Rosário para Armando Ndambi Guebuza, abordando um assunto sobre a EMATUM, em Maio de 2015. O réu negou que tenha enviado email para o filho do antigo Presidente da República. “Em 2015 a EMATUM já estava a funcionar e não vejo com que interesse eu iria enviar email ao Armando Ndambi Guebuza, numa altura em que o pai já não era Presidente da República. O email que consta nos autos é meu, mas nunca enviei nada ao Armando e nunca usei email pessoal para tratar assuntos profissionais”.

Questionado se tinha conhecimento da empresa Mozambique EMATUM Finance 2020 B.V, baseada na Holanda, envolvida na viabilização do financiamento da EMATUM, no valor de 850 milhões de dólares, o réu disse que já não se lembrava. À pergunta se existe alguma relação entre a moçambicana EMATUM SA e a Mozambique EMATUM Finance 2020 B.V, o réu respondeu negativamente. Questionado porquê é que não foi António Carlos do Rosário a solicitar, ao Ministro das Finan-

ças Manuel Chang, a emissão da garantia de 850 milhões de dólares a favor da EMATUM, o reu respondeu que agiu em função das instruções do então Coordenador do Comando Operativo, Filipe Nyusi.

Mais uma vez, o reu disse que as ins-

truções foram verbais e foram dadas num encontro do Comando Operativo em que esteve presente o Coordenador Filipe Nyusi, Gregório Leão e António Carlos do Rosário. Sobre a diferença dos valores constantes dos contratos de financiamento de 850 milhões de dólares e de for-

necimento de 785,4 milhões de dólares, o reu reagiu nos seguintes termos: "Uma parte do valor de financiamento foi retido pelos bancos. São as taxas que os bancos cobram. O fornecedor recebeu na íntegra o valor para produzir e fornecer a solução que solicitamos".

“MAM iria facturar o suficiente para pagar o valor das chamadas dívidas ocultas”

Sobre a MAM, o reu foi questionado sobre as motivações da criação da empresa. "Nasceu da necessidade de garantir que os meios da ProIndicus e EMATUM não se transformassem em sucata depois de um ano de operações. Segundo, a MAM surgiu porque viu uma oportunidade de negócio crescente, um mercado potencial de prestações de serviços a vários operadores da marinha mercante que demandam estaleiros de países vizinhos, e operadores industriais de vários ramos de actividade. A MAM era a galinha dos ovos de ouro do SIMP (Sistema Integrado de Monitoria e Protecção), pois tinha possibilidade de gerar mais receitas e ir em socorro das outras duas empresas (ProIndicus e EMATUM) para o pagamento do serviço da dívida. A MAM iria facturar o suficiente para pagar o valor das chamadas dívidas ocultas que eram das empresas, mas este Governo transformou-os em dívidas de Estado. Em dois anos, a MAM pagava isso".

Sobre a composição da estrutura accionista da MAM, o reu voltou a citar o nome do Coordenador do Comando Conjunto como a pessoa que tomou a decisão. "Não me lembro das datas, mas foi no seu gabinete". Perguntado se os accionistas da MAM, nomeadamente a ProIndicus e a EMATUM, teriam realizado, em dinheiro, o capital social, o reu disse que não se recordava. O Ministério Público questionou como entender que a MAM era uma empresa ligada à segurança tendo em conta o seu objecto social, ao que o reu respondeu que a ideia era exactamente esconder que era das Forças de Defesa e Segurança. "Mas a partir da composição da estrutura accionista, onde temos empresas de segurança, é possível notar que a MAM está ligada à Defesa e Segurança".

Questionado o que justificou a criação da Maputo Shipyard, detida em 100% pela MAM e com o mesmo objecto social, o reu explicou que era uma forma de criar condições para que a nova empresa fosse aceite pelos clientes, uma vez que



a empresa mãe estava envolvida no "barulho das dívidas ocultas". "Espero que as pessoas que estão a ouvir isso não prejudiquem a Maputo Shipyard". O contrato de fornecimento de bens e serviços assinado entre a ProIndicus e o grupo Privinvest previa um navio de dupla finalidade (Africa Storm), dois estaleiros (Maputo e Pemba), 18 lanchas e serviços. Convidado a falar das especificações das 18 lanchas, o reu disse que não constam do contrato de fornecimento sob a alegação de ser segredo de Estado. "Entregamos as lanchas ao Ministério da Defesa Nacional. O contrato foi do tipo chave na mão e quem decidiu foi o Coordenador do Comando Operativo". Quando questionado como aferir que os preços de cada meio adquirido pela MAM não foram emolpados pelo fornecedor, o reu disse que nunca se preocuparam porque estavam à procura de uma solução integrada.

Confrontado com um ofício assinado pelo então Director-geral do SISE, Gregório Leão, e dirigido ao então Ministro da Defesa Nacional, Manuel Chang, soli-

citando a emissão de uma garantia no valor 750 milhões a favor da Palomar Capital Advisors, para submeter ao banco russo VTB, o reu explicou que foi ele quem preparou a carta, supostamente em cumprimento de instruções do Coordenador do Comando Conjunto. "Usamos a Palomar Capital Advisors para obviar questões de segurança. Uma vez que estávamos a negociar com um banco russo VTB, e atendendo às disputas geopolíticas entre a Rússia e o Ocidente, preferimos encontrar uma empresa que fizesse a operação em nome da MAM".

Para as empresas ProIndicus e EMATUM, foram os próprios gestores que solicitaram ao Banco de Moçambique a autorização para a contratação de financiamento, mas no caso da MAM foi o Ministro Manuel Chang a solicitar a autorização do Banco Central, a pedido do então Director-geral do SISE Gregório Leão. Chamado a explicar, o reu admitiu que foi ele quem preparou a carta que o Director-geral do SISE endereçou ao Ministro das Finanças, mas não se lembrava dos

motivos. “Acho que houve um problema que nos levou a solicitar a intervenção do Ministro das Finanças, o grande patriota Manuel Chang”.

Todos os gestores das empresas ProIndicus, EMATUM e MAM eram servidores públicos. O Ministério Público questionou se António Carlos do Rosário recebia salário como PCA das três empresas, ao que respondeu negativamente. E a representante do Ministério Público reagiu: “Então, o senhor estava a trabalhar sem receber salário. Estava a servir a Nação,

como alguma vez disse. E em relação aos outros membros do conselho de administração, sabe dizer se recebiam salários?” O réu respondeu que não tinha informação. Sobre este assunto, vale lembrar que em 2018 a PGR solicitou ao Tribunal Administrativo a responsabilização financeira dos gestores públicos envolvidos nos empréstimos ilegais de mais de dois mil milhões de dólares e na gestão das empresas beneficiárias. Mas até hoje o Tribunal Administrativo ainda não se pronunciou sobre o pedido da PGR.

No computador de Armando Ndambi Guebuza, o Ministério Público extraiu um email enviado por António Carlos do Rosário informando àquele sobre a transferência dos estaleiros da SOMONAV (Sociedade Moçambicana de Construção, Reabilitação e Reparação de Navios Lda) para a MAM. A transferência foi autorizada pelos Ministros dos Transportes e Comunicações e da Economia e Finanças. “Nunca enviei emails sobre assuntos de serviço usando o meu endereço pessoal. Nunca tive o endereço de Armando Ndambi Guebuza”.

Réu nega que EMATUM e MAM tenham facturado apenas 39 mil dólares em receitas e volta a acusar o actual Governo de sabotagem

Segundo informações da Kroll que constam dos autos, a EMATUM tinha gerado, até 2017, 14 mil dólares em receitas de venda de pescado, e a MAM 25 mil dólares por transporte de mercadoria pelo navio de dupla finalidade designado Africa Storm, num serviço angariado pelo grupo Privinvest. Nas contas da Kroll, as três empresas que endividaram o País em dois mil milhões de dólares produziram receitas no valor de 39 mil dólares. O Ministério Público questionou o réu qual era a “explicação plausível do total insucesso das empresas”, ao que respondeu nos seguintes termos: “Primeiro, não são verdadeiros os va-

lores que faz referência. Segundo, o estaleiro da Maputo Shipyard está a produzir desde 2016. E esta empresa é uma das subsidiárias da MAM, porque existem várias. Em relação à EMATUM, houve uma campanha de sabotagem e esse valor é referente ao primeiro mês de actividades”.

António Carlos do Rosário disse que o insucesso das empresas é aparente porque elas estão a ser úteis para o Estado, pois os seus activos estão a ser usados pelas Forças de Defesa e Segurança. “Então, quando se fala de total insucesso não é verdade porque o objectivo não era apenas de produzir receitas. Se fossemos um Estado

com capacidade financeira era só alocar dinheiro para cada um dos ramos das Forças de Defesa e Segurança. Mas tivemos que nos reinventar para procurar formas de financiamento. A ProIndicus não gerou receitas devido à sabotagem de membros do actual Governo. Há membros do Governo que não querem ver estas empresas a funcionarem. Se a ProIndicus funcionasse retiraria negócios que estão a ser feitos à porta de cavalo. Por isso eu digo que este Governo não está a sabotar a mim, mas ao povo moçambicano. Estão a acontecer matanças em Cabo Delgado que poderiam ter sido evitadas pela ProIndicus”.

Ministério Público diz que António Carlos do Rosário beneficiou de 350 milhões de meticais, mas o réu nega tudo

Consta do processo que no âmbito do projecto de monitoria e protecção da Zona Económica Exclusiva, o réu António Carlos do Rosário recebeu directa e indirectamente 349.844.949,14 Meticais pagos por empresas do grupo Privinvest. “Nunca recebi uma quincenta sequer para o meu benefício, directa ou indirectamente”, reagiu. Perguntado se alguma vez os gestores do grupo Privinvest manifestaram vontade de pagar ao réu valores em resultado do seu trabalho no projecto, ele respondeu negativamente.

Entretanto, consta dos autos que quando foi assinado o primeiro contrato de financiamento no valor de 372 milhões a favor

da ProIndicus, foram retirados 50 milhões de dólares e repartidos pelos co-réus Armando Ndambi Guebuza (33 milhões de dólares), Teófilo Nhangumele (8.5 milhões de dólares) e Bruno Langa (8.5 milhões de dólares). No email que Nhangumele envia ao Jean Boustani, do grupo Privinvest, explica que Ndambi Guebuza ficou com 33 milhões porque devia partilhar pelo menos 10 milhões de dólares com António Carlos do Rosário, Gregório Leão e Cipriano Mutota.

A informação consta de um email extraído do computador de Teófilo Nhangumele. António Carlos do Rosário disse que não teve conhecimento dos factos e que se fos-

se para receber dinheiro não precisaria de intermediação. “Eu trabalhava no mesmo escritório com Boustani. Era mais fácil falar com ele para me dar dinheiro. Não recebi dinheiro, podem procurar nas minhas contas em Moçambique. Não tenho contas no estrangeiro por uma questão de segurança”.

Questionado se é titular de um imóvel na África do Sul, avaliado em cerca de 20 milhões de rands, e de uma quinta localizada em Mbombela, Mpumalanga, também na África do Sul, o réu respondeu negativamente. E quando perguntado se era proprietário de uma viatura de marca Ferrari F12 modelo 2016, o réu reagiu sorridente:

“Ferrari? Digníssima, eu gostaria de ter um”. Negou também ser proprietário de três viaturas referenciadas pelo Ministério Público, nomeadamente BMW modelo 2015, Mercedes Benz modelo 2015 e Land Rover modelo 2015. Sobre a viatura Toyota Hilux, modelo 2014, o reu disse que não tinha certeza. “Essa marca de carros usamos para operações de inteligência económica e mantivemos as matrículas sul-africanas”. A única viatura que confirmou ser sua foi Toyota Land Cruiser, modelo 2016. Todas as viaturas citadas pelo Ministério Público tinham matrícula sul-africana.

Consta dos autos que o grupo Prinvest transferiu, em 2013, o valor de 249.972 dólares para uma conta titulada por Carolina da Piedade Reis, filha de Carlos Alexandre Reis, proprietário da casa T3 duplex, na Cidade de Quelimane, comprada por António Carlos do Rosário. E o reu confirmou que comprou o imóvel directamente do falecido Carlos Reis. “Não foi através do dinheiro do grupo Prinvest. Já não me recordo das datas, do preço e da forma de pagamento. Estou preso há dois anos e sete meses e não sei onde ir buscar os documentos para comprovar o pagamen-

to”. Perguntado como é que negociou a compra do imóvel, o reu disse que falou directamente com o proprietário Carlos Reis. “Eu nunca falei com a filha e não a conheço”.

O Ministério Público disse que o imóvel foi remodelado e transformado em hotel. Mas o reu desmentiu a informação. “Sinceramente! Como é que uma casa tipo 3 vai virar hotel? A PGR foi para lá e não encontrou hotel nenhum. O que está lá é uma casa do cidadão António Carlos do Rosário. Agora estou a perceber porquê me prenderam, isto parece um seriado de intelligence”.

Réu nega ser proprietário de um hotel construído em Tete com fundos transferidos pelo grupo Prinvest

À pergunta se lhe foi atribuído, em 2011, uma parcela pelas autoridades municipais de Tete, na zona de Matema – Chingodzi, o reu confirmou. As licenças de construção foram emitidas a favor do António Carlos do Rosário, ao que o Ministério Público questionou o que pretendia edificar no espaço. “Não fui eu quem solicitou as licenças de construção, por isso não me lembro”. Quando confrontado com o documento de atribuição de licença de construção emitido pelo Conselho Municipal de Tete onde consta o seu nome, o reu confirmou que a pretensão era construir um hotel.

Consta do processo que o grupo Prinvest transferiu, em 2013, um total de três milhões de dólares para uma conta titulada pela empresa Walid Construções Lda, no banco Standard Bank. Do valor, cerca de dois milhões de dólares foram aplicados na construção e apetrechamento de um hotel na Cidade de Tete, designado Mabassa Hotel, através de um contrato do tipo chave na mão. O hotel foi construído pela Walid Construções no espaço de António Carlos do Rosário, e o Ministério Público acredita que é propriedade do reu. “O hotel não é meu. É da Txopela Investments e eu já expliquei isso no primeiro dia. Estava em meu nome porque eu era titular do espaço”.

E porque o reu disse que o projecto de construção do hotel sempre foi da Txopela Investments, o Ministério Público lembrou que a primeira licença para a construção do hotel é de 31 de Dezembro de 2012, e a empresa Txopela foi constituída no dia 24 de Setembro de 2013. Ou seja, não existia a empresa Txopela quando foi emitida a primeira licença. “Não existia formalmente, mas já existia a ideia. Foi na altura em que



Tete estava ao rubro. As pessoas que criaram a Txopela já tinham a ideia de investir num hotel em Moçambique”.

Os advogados da Walid Construções disseram à PGR que a empresa executou as obras de construção do hotel em Tete contratada por António Carlos do Rosário. “Ele foi contratado pela Txopela Investments. Não fui eu quem o contratei, fui intermediário”. Na carta dirigida ao Ministério Público, os advogados escreveram que no segundo semestre de 2012, tendo António Carlos do Rosário tomado conhecimento de que a Walid Construções tinha montado um estaleiro em Tete para executar uma empreitada subcontratada pela Soares da Costa, ele contactou a empresa para construir duas

grandes empreitadas, sendo que uma delas é Mabassa Hotel.

Uma vez que o reu negou terminantemente ser proprietário do hotel, afirmando insistentemente que serviu apenas como intermediário entre a Txopela Investments e a Walid Construções, o Ministério Público confrontou-o com emails enviados para si abordando assuntos relacionados com as obras. Mas o reu negou ter recebido emails. “O endereço electrónico é meu, mas eu não recebi esse email. Peço que me confrontem com emails extraídos do meu computador. O Ministério Público tem os meus dispositivos electrónicos. Sempre estou a ser confrontado com emails martelados extraídos de outros computadores”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PROGRAMMATIC PARTNER



FINANCING PARTNERS

